



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TAMARANA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2026**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026**

#### **1. OBJETO DA LICITAÇÃO:**

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução, fabricação, fornecimento e instalação de mobiliário planejado, conforme projeto executivo previamente aprovado, incluindo armários, estantes, bancadas, painéis, gaveteiros, mesas e demais itens especificados, com fornecimento de materiais, mão de obra especializada, ferragens, acabamentos, transporte e montagem no local, tudo em conformidade com as normas técnicas vigentes, memorial descritivo, planta baixa, desenhos técnicos e demais documentos fornecidos pela contratante, Câmara Municipal de Tamarana, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

3. A contratada deverá prestar em estrita obediência a este edital e anexo, bem como, às normais legais vigentes:

Item	Descrição dos serviços (rol exemplificativo)	1	Prazo de execução <sup>1</sup>	Valor Máximo Total
Lote único		1		

3.1 O escopo do trabalho compreenderá na execução do projeto de mobiliário planejado conforme segue descrito no anexo I, podendo o prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, havendo justificativas aceitas pela contratada.

3.2 A prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre o empregado da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE.

3.3 Destaca-se que o objeto da contratação pretendida enquadra-se como serviço comum, consoante inc. XIII do art. 6º, da Lei n.º 14.133, de 2021, uma vez que possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente por meio de especificações usuais de mercado.

---

O prazo de execução é de até 6 (seis) meses a partir da ordem de serviço. <sup>1</sup>  
Rua Ancião Vicente Subtil de Oliveira, nº 141,  
Centro, Tamarana/PR, tel.: (43) 3398-1133  
CEP 86.125-000

**4. JUSTIFICATIVA**

4.1 Tendo em vista que está em fase de acabamento da obra da Câmara Municipal de Tamarana, o, objeto desta contratação tem a finalidade de atender o interesse público.

**4. TIPO DE JULGAMENTO**

Menor Preço.

**5. REGIME DE EXECUÇÃO**

Empreitada por preço global.

**6. VALOR TOTAL GLOBAL/COMPOSIÇÃO DE CUSTOS:**

6.1 O valor máximo global da presente licitação é de até R\$ 661.794,66 (seiscentos e sessenta e um mil e setecentos e noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos). Para compor e justificar os preços, a empresa que elaborou projeto apresentou três propostas para subsidiar processo conforme segue:

PROPOSTA 1	EMPRESA 43 INTERIORES	VALOR TOTAL R\$ 642.988,00
PROPOSTA 2	EMPRESA WOOD HOUSE MOVELARIA	R\$ 700.280,00
PROPOSTA 3	FABRÍCIO MÓVEIS	R\$ 642.116,00

**7. DO PAGAMENTO**

7.1 O pagamento referente será pago em até quinze dias após apresentação da nota fiscal dos serviços realizados ou entrega do objeto, conforme medição e confirmação da execução pela empresa responsável pela fiscalização o contrato, mediante depósito bancário em nome da contratada, desde que sejam atendidas pela contratada as seguintes condições:

a) Entregue à Contratante a Nota Fiscal devidamente preenchida, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal obrigatória (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa Estadual, Certidão Negativa Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), devidamente atualizadas;

b) Indique o nº do contrato ou instrumento equivalente.

7.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos

pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.3. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

7.4. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

7.5. Nenhuma reivindicação por parte da proponente para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação.

7.6. Em cumprimento a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, o fornecedor sujeito à retenção do Imposto de Renda, deverá informar no documento fiscal o percentual e o valor relativos à retenção conforme o Anexo I da Instrução Normativa, além da retenção disposta no art. 110 da IN RFB nº 2110/2022 da Previdência Social.

7.7. O fornecedor amparado por isenção, não incidência ou alíquota zero do Imposto de Renda, deve informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de sujeitar-se à retenção do Imposto de Renda sobre o valor e no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

## **8. DA VIGÊNCIA**

8.1. O contrato terá vigência de até doze meses, podendo ser prorrogado, havendo acordo entre ambas as partes, bem como necessidade da administração.

## **9. DO REAJUSTE**

9.1. Por força das Leis Federais nº 9.069, de 29/06/95 e 10.192, de 14/02/01, a periodicidade de reajustamento do preço será anual, portanto a Lei 14.133/2021 no Art. 124 diz:

“Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I- ...

II- por acordo entre as partes:

a)...

b)...

c)...

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

9.2. Em caso de prorrogação da vigência do Contrato, decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

9.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação ocorrida entre o mês da assinatura do contrato e do 12º mês de execução do contrato, passando a vigorar o novo preço a partir do 13º mês.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

10.1. As partes deverão cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da Lei nº 13.709/2018; 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.3. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da Lei nº 13.709/2018, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da Lei nº 13.709/2018, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.4. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da Lei nº 13.709/2018.

10.5. A contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento da proteção de dados.

## **11. OBRIGACÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da contratante:

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato e seus anexos e o Termo de Referência.

11.2. Prestar ao contratado os esclarecimentos necessários à execução do objeto constante do contrato e do Termo de Referência.

11.3. Indicar o responsável pela gestão e fiscalização do contrato.

11.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado, notificando-a por escrito (e-mail, whatsapp, telegram ou qualquer outro meio que se possa rastrear) sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento ou prestação do serviço objeto deste Termo de Referência, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias para substituição, reparo ou correção, total ou parcial, a expensas da contratada.

11.5. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência.

11.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no contrato e no Termo de Referência.

11.7. Efetuar o pagamento a contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato.

11.8. Proporcionar todas as facilidades possíveis à perfeita execução do objeto contratado.

11.9. Modificar unilateralmente as condições previstas neste contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da contratada.

11.10. Aplicar à contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

11.11. Cientificar o órgão de representação judicial da Câmara Municipal de Tamarana para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado.

11.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.13. Permitir, sempre que necessário, o livre acesso dos funcionários da contratada, devidamente identificados, em suas dependências, para fins de executar os serviços contratados.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Cumprir todas as obrigações constantes do contrato e seus anexos e do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

12.2. Manter preposto aceito pela Câmara Municipal de Tamarana para representá-lo na execução do contrato.

12.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da contratada poderá ser recusada pela Câmara Municipal de Tamarana, desde que devidamente justificada, devendo o contratado designar outro para o exercício da atividade.

12.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Câmara Municipal de Tamarana ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital ou no Termo de Referência, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.5. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela contratante.

12.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

12.7. Adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços.

12.8. Observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), cuidando para que não haja vazamento dos dados pessoais sob sua guarda, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa.

12.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.9.1 Cumprir as obrigações constantes no termo de referência e as estabelecidas no contrato;

12.9.2 Assumir a responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, como também por todos encargos sociais, trabalhistas, fiscais, comerciais, bem como pelos relativos às entidades de classes, resultantes da adjudicação deste Contrato e outros que porventura venham a ser criados pelo Governo Federal, Estadual e/ou Municipal;

12.9.3 Responsabilizar-se na execução dos serviços, respondendo inclusive pela imediata indenização de danos eventualmente causados nas dependências da contratante, quer seja por dolo ou imperícia.

12.9.4 Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração que venha a ser praticada quando da execução dos serviços, objeto do Contrato;

12.9.5 Preservar todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação, durante toda a execução do Contrato;

### **13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

13.1. Da qualificação técnica:

13.2. A qualificação técnica será verificada pela compatibilidade do objeto, devendo ser apresentado Certidões ou atestados de qualificação técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter executado **serviços compatíveis com o objeto da licitação, no mínimo o quantitativo do objeto desta licitação.**

13.3. Os demais requisitos habilitatórios, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão definidos no Termo de Referência, observadas as exigências da Lei Federal nº 14.133/21.

### **14. SUBCONTRATAÇÃO**

14.1 Será permitida a subcontratação.

Tamarana, 08 de janeiro de 2026.

Luiz Carlos Mello da Silva

Pregoeiro  
Agente de Contratação